



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 28/09/2019

N° 33006171

Versão: 01

Data: 28/09/2015

RENOVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome	INTERCEMENT BRASIL S.A.				CNPJ	62.258.884/0105-22
Logradouro	RUA FERREIRA VIANA				Cadastro na CETESB	100-63280-6
Número	Complemento	Bairro	CEP	Município		
845		VILA SOCORRO	04761-010	SÃO PAULO		

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal

Descrição
Massa de concreto preparada para construção; fabricação de

Bacia Hidrográfica
2 - TIETÊ ALTO ZONA METROPOLITANA

UGRHI
6 - ALTO TIETÊ

Corpo Receptor

Classe
4

Área (metro quadrado)

Terreno	Construída	Atividade ao Ar Livre	Novos Equipamentos	Área do módulo explorado(ha)
7.637,33	472,46	2.144,00		

Horário de Funcionamento (h)

Início	às	Término
07:00		20:00

Número de Funcionários

Administração	Produção
4	25

Licença de Instalação

Data	Número
------	--------

A CETESB-Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;

Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;

No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado;

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA CETESB

SD N°	Tipos de Exigências Técnicas
91111521	Ar, Água, Solo, Ruído, Outros

EMITENTE

Local: **SÃO PAULO**

Esta licença de número 33006171 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: autenticidade.cetesb.sp.gov.br



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 28/09/2019

N° 33006171

Versão: 01

Data: 28/09/2015

RENOVAÇÃO

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

01. O sistema de controle de material particulado (bateria de filtros manga) instalados nos silos de armazenagem de cimento, deverão ser mantidos e operados adequadamente, de forma a eliminar a emissão de material particulado para a atmosfera.
Deverá manter medidas de controle adequadas , para eliminar as emissões de material particulado nas operações carga e descarga de matérias primas , pontos de transferência e transporte de matérias primas por pá - carregadeira , correia transportadora e carga de caminhões - betoneira.
02. O armazenamento de areia e pedra britada, deverá ser realizado somente em silos adequadamente vedados ou em outro sistema de controle de poluição do ar de eficiência similar de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, dos respectivos materiais.
03. O pátio e as áreas de movimentação e tráfego de máquinas e veículos em geral, deverão ser umectadas permanentemente, de forma a impedir a emissão de poeiras (material particulado) fora dos limites de propriedade do empreendimento.
04. Fica proibido o lançamento de efluentes líquidos em galeria de água pluvial ou em via pública.
05. Os efluentes líquidos do empreendimento deverão ser tratados de modo a atender ao Artigo 19-A do Regulamento da Lei Estadual nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8468/76, e suas alterações.
06. O sistema de filtragem de diesel deverá atender às seguintes especificações:
 - Câmara de contenção estanque e impermeável dotada de sensor de líquidos, destinada a conter os vazamentos decorrentes das conexões das tubulações e dos componentes do sistema de filtragem (bomba, filtro e reservatório;
 - Válvula de retenção junto à bomba do sistema de filtragem;
 - A parte enterrada da tubulação do eliminador de ar e a parte enterrada da tubulação situada entre o reservatório de diesel filtrado e a bomba da unidade de abastecimento deverão ser flexíveis, encamisadas e não metálicas.
07. No caso da descarga ocorrer diretamente para tanques aéreos, a operação de descarga de combustíveis deverá ser efetuada com a bomba e o veículo localizados em área impermeável dotada de sistema de drenagem dirigido para caixa de segurança, situada fora da área de descarga e interligada ao Separador Água e Óleo (SAO) - dotado de placas coalescentes.
08. As bombas, conexões e sistemas de filtragem deverão ser providos de câmara de contenção estanque e impermeável.
09. Os níveis de ruído emitidos pelas atividades do empreendimento deverão atender aos padrões estabelecidos pela norma NBR 10151 - "Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento", da ABNT, conforme Resolução Conama nº 01 de 08/03/90, retificada em 16/08/90.
10. As áreas de abastecimento deverão ser dotadas de cobertura.
11. Os resíduos sólidos classe I - perigosos gerados pelo empreendimento, deverão ser adequadamente armazenados, conforme a norma NBR 12235 - armazenamento de resíduos sólidos perigosos, da ABNT, e destinados exclusivamente a sistemas de tratamento ou disposição aprovados pela Cetesb.
12. ..
13. Dispor adequadamente os resíduos sólidos industriais e domésticos, de forma a não causar poluição ambiental, atendendo o disposto nos artigos 51 e 52 do Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8468/76, e suas alterações.
14. Os resíduos de filtros de combustível e de lubrificantes, bem como serragem, papéis e estopas impregnados com óleo deverão ser convenientemente armazenados, de acordo com as normas e legislação vigentes, e destinados a sistemas de tratamento ou destinação final de resíduos sólidos aprovados e/ou licenciados pela



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 28/09/2019

N° 33006171

Versão: 01

Data: 28/09/2015

RENOVAÇÃO

OBSERVAÇÕES

01. A presente licença é válida para a produção de massa de concreto, argamassa e rebocos para construção
- 90.000 m³/ano utilizando os seguintes equipamentos:
Unidade: Unidade 1
- Correia transportadora (Qtde: 4) (34,00 m³/h)
- Silo de armazenagem (Qtde: 4) (128,00 t)
- Betoneira (Qtde: 18) (8,00 m³)
- Bomba de pistão (Qtde: 3) (24,00 m³/h)
- Compressor de ar (Qtde: 3) (175,00 L)
- Tanque e reservat/combustível (Qtde: 1) (14.900,00 L)
- Balança dosadora (Qtde: 1) (20,00 t)
- Balança dosadora (Qtde: 1) (18,00 t)
- Pá mecânica carregad/pá carreg (Qtde: 2) (0,70 m³)
- Reservatório de água (Qtde: 3) (20.000,00 L)
- Reservatório de água (Qtde: 1) (30.000,00 L)
- Reservatório de aditivo (Qtde: 2) (5.000,00 L)
- Reservatório de aditivo (Qtde: 1) (6.000,00 L)
02. A presente licença não engloba aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.
03. Esta Licença de Operação tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada à CETESB com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data de validade, nos termos do parágrafo 6º do inciso III do art. 2º do Decreto Estadual nº 47.400 de 04 de dezembro de 2002.
04. O posto de serviço deverá sempre buscar o completo atendimento das exigências técnicas estabelecidas acima. Caso sejam constatadas irregularidades que ensejem no não cumprimento das condicionantes para o licenciamento da atividade, a presente licença poderá ser cancelada a qualquer momento, ficando o empreendimento sujeito as sanções legais cabíveis, conforme previsto na legislação vigente.